



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	945/126/15
Poder	LEGISLATIVO
Município	Tupi Paulista
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA
Período	12/2015
Relator	Dr. Edgard Camargo Rodrigues
Unidade Fiscalizadora	UR-15 UNIDADE REGIONAL DE ANDRADINA
Responsável	ALBERTO LUIZ SALES
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	734.240.998-72
Período de Gestão	01/01/2015 a 31/01/2015; 01/02/2015 a 28/02/2015; 01/03/2015 a 31/03/2015; 01/04/2015 a 30/04/2015; 01/05/2015 a 31/05/2015; 01/06/2015 a 30/06/2015; 01/07/2015 a 31/07/2015; 01/08/2015 a 31/08/2015; 01/09/2015 a 30/09/2015; 01/10/2015 a 31/10/2015; 01/11/2015 a 30/11/2015; 01/12/2015 a 31/12/2015

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Poder não possui Restos a Pagar

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2014	R\$ 885.197,96	R\$ 36.136.905,88	2,4496%	6,0000%
4/2015	R\$ 899.320,78	R\$ 36.370.101,61	2,4727%	6,0000%
8/2015	R\$ 920.801,48	R\$ 36.027.490,15	2,5558%	6,0000%
12/2015	R\$ 929.829,35	R\$ 34.931.925,68	2,6618%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2015	R\$ 909.275,08	R\$ 36.549.738,41	2,4878%	2,4878%
7/2015	R\$ 914.845,04	R\$ 36.099.135,50	2,5343%	2,4878%
8/2015	R\$ 920.801,48	R\$ 36.027.490,15	2,5558%	2,4878%
9/2015	R\$ 926.323,33	R\$ 35.245.168,54	2,6282%	2,4878%
10/2015	R\$ 931.873,04	R\$ 35.530.888,69	2,6227%	2,4878%
11/2015	R\$ 935.932,31	R\$ 35.416.537,51	2,6426%	2,4878%
12/2015	R\$ 929.829,35	R\$ 34.931.925,68	2,6618%	2,4878%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2015, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,6618%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2015, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2015, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 72.307,38
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0.00

(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 12.229,30
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 60.078,08
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 0,00
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 0,00
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-100,0000%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 20/02/2016
Hora da Geração: 07:34:27